

A13634

Antonio Moreira

DA CIDADE

Projeto é ameaça ao turismo

Os grandes projetos de industrialização previstos para Vitória podem significar um risco para o potencial turístico da cidade. Uma das pessoas que pensa dessa forma é a secretária municipal de Meio Ambiente de Vitória, Maria Heloísa Dias.

“Nós não temos nada contra a industrialização, mas achamos que Vitória tem que ser utilizada em seu potencial turístico”, justificou a secretária. Para ela, o momento é de investir em infra-estrutura social, já que aproximadamente 100 mil pessoas que moram no município residem em áreas de preservação ecológica e sem qualquer tipo de infra-estrutura básica.

Desse total, cerca de 50 mil residem em áreas de manguezais e o restante em áreas de encostas. Um estudo feito em 1989, constatou que Vitória estava em vias de saturação em termos de poluição hídrica e atmosférica.

Foi constatado que eram lançados por dia no mar cerca de 25 toneladas de resíduos. O setor de controle de poluição da Semmam não informou os índices mínimos aceitáveis, mas afirmou que na época estavam muito elevados.

Cerca de 90% de toda a poluição era lançada pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e pela Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), que em 1990 assinaram um termo de compromisso para instalação de equipamentos anti-poluentes.

Uma nova medição completa sobre poluição será feita após o final do termo de compromisso, em meados do próximo ano, quando os equipamentos têm que estar completamente instalados.

A proposta de instalação de um estaleiro de reparos navais flutuante na região de Tubarão, em estudos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, é uma das principais preocupações de Maria Heloísa Dias.

O estaleiro teria a função de fazer reparos nas embarcações que passam pelos portos do Estado, que chegam a 2.500 navios por ano. Heloísa argumenta que a instalação do estaleiro é negativa pois tem tudo para significar mais poluição nas águas de Vitória, já que na realização dos reparos são usados solventes químicos, além de graxas e óleos, que acabam sendo lançados ao mar.

Outra preocupação dela é com relação à possível transferência do aeroporto de Goiabeiras para Ponta da Fruta, Vila Velha, e a transformação da área num pólo comercial, o que poderia representar o fim da área verde na região, formada por 12,54 hectares de restingas. O Secretário de Estado de Transportes, João Luiz Tovar, afirmou que a região do atual aeroporto será transformada em área comercial, mas pertencente a numa região nobre e residencial.

Futuro integra Grande Vitória

No ano 2.000 os municípios que compõem a Grande Vitória (Cariacica, Viana, Vila Velha, Serra e Vitória) terão se integrado e formado oficialmente a Região Metropolitana da Grande Vitória, que então estará com aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, segundo projeções do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Técnicos do governo e do município de Vitória vêm nessa união a única solução viável para se garantir uma infra-estrutura aos futuros moradores, que virão para a região atraídos pelo crescimento das indústrias e do comércio.

Embora o governo estadual afirme que vai assegurar o serviço de infra-estrutura básica, através do desenvolvimento também nas regiões interioranas, há os que vêm que os serviços têm que ser desenvolvidos em conjunto.

INTEGRAÇÃO

“O poder público não teve e nem tem como resolver esse problema sozinho e isso vai continuar porque há projetos de grande porte para Vitória ou para as proximidades da Grande Vitória, o que vai forçar a chegada de

inúmeras pessoas para a cidade”, previu o secretário de Planejamento da Prefeitura de Vitória, Luiz Fernando Bettarello.

Na visão dele, os serviços de infra-estrutura em todas as regiões da Grande Vitória têm que ser assumidos através de uma integração entre os cinco municípios, governo estadual e o setor privado.

A economista Carmem Edy Loss Casotti, coordenadora de estudos básicos do IJSN, anunciou que a integração dos municípios será a solução para os problemas que devem atingir toda a região. O mesmo pensa o secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, João Luiz Tovar.

Ele explicou que através da integração a região metropolitana terá facilidades para conseguir recursos para a implementação de obras. A criação formal da região só não ocorreu no passado porque o prefeito da Serra, Adalton Martinelli, se posicionou contrário, temendo perda da autonomia municipal. Fernando Bettarello aposta, no entanto, que a questão volta à tona já nas próximas eleições municipais.



O complexo portuário é um dos melhores da América Latina

Nos portos a grande mudança

O Corredor de exportação centro-leste, que vai ligar o Espírito Santo aos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de Brasília, vai ser o grande marco para a implantação dos megaprojetos no Estado.

Com um dos melhores complexos portuários da América Latina, o Espírito Santo terá condições de exportar e transportar grãos do cerrado, além de favorecer a implantação de outras indústrias beneficiadora de grãos.

O setor industrial, que em 1960 representava 6% da economia do Estado e em 1980 (antes da implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão) passou a significar 61%, também deverá ter um crescimento considerável.

A implementação do corredor de exportação, cuja previsão para o pleno funcionamento é para 1983, vai ser um marco decisivo das mudanças previstas na economia do Estado. Ele vai trazer para o Espírito Santo empresas de beneficiamento de grãos, como prevê a coordenadora de estudos básicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Carmem Edy Loss Casotti, que está fazendo estudo sobre o impacto ambiental, social e econômico da implantação do corredor.

A coordenadora de estudos sobre a implantação do projeto, Sandra Maria Ferraz Stehling confirmou a previsão, dizendo que pelo menos cinco empresas já procuraram o

Estado demonstrando interesse em se implantar a partir do Corredor de Exportação.

ESTUDOS

Para ter o conhecimento de como a economia, o setor social e o ambiental vão se comportar diante do completo funcionamento do corredor, o governo estadual determinou o início de estudos de impacto ao IJSN.

O estudo começou a ser feito no início deste mês de acordo com a coordenadora Carmem Edy Loss Casotti. De três em três meses, o IJSN estará soltando um relatório sobre os estudos que estão sendo feitos.

Não há hoje qualquer estimativa sobre o que vai representar a implantação do corredor em termos de crescimento de emprego ou de moradias na Grande Vitória. O relatório final deverá estar pronto antes de 1983, quando o corredor estará em pleno funcionamento.

A expectativa da coordenadora Sandra Stehling é que já no próximo ano alguma empresa interessada em trabalhar com esmagamento de grãos tenha se instalado no Estado.

Para ela, estas indústrias não representarão qualquer dano ao meio ambiente, já que antes de se instalarem, terão que passar pela aprovação do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima) e se comprometerem a instalar os equipamentos anti-poluentes necessários.